

OS DESAFIOS DO ASSISTENTE SOCIAL E SUA ATUAÇÃO COM ÀS PESSOAS VIVENDO COM HIV/AIDS NO SOLIDARIEDADE É VIDA (SOLIVIDA) NO CONTEXTO DA PANDEMIA DA COVID-19

Adriana Ferreira de Pinho
Josiane Cristina Corrêa da Cruz
Orientador (a): Roseline Cardoso

INSTITUTO DE ENSINO SUPERIOR FRANCISCANO

RESUMO: Este é um tema que existe na maioria da sociedade, haja vista a importância de uma discussão sobre os direitos das pessoas que vivem e convivem com HIV/AIDS, onde os profissionais e acadêmicos em formação, busquem subsídios que os auxiliem na construção de uma cultura do direito e da cidadania enquanto viabilizadores de sua prática profissional. Este trabalho de conclusão de curso discorre inicialmente sobre o histórico do HIV/AIDS, a partir da concepção ampliada de saúde, e a configuração da política nacional de DST/AIDS, identificando os desafios e a contribuição do Assistente Social e sua relação com pessoas vivendo e convivendo com HIV/AIDS no Solivida, no contexto da COVID-19, estudar sobre a rede de saúde ofertados para ações de prevenção, diagnóstico e tratamento do HIV/AIDS, entender sobre o trabalho do Assistente Social no atendimento de pessoas vivendo e convivendo com HIV/AIDS e a relação com seus familiares, conhecer os desafios e estratégias de atuação do profissional de serviço social no “SOLIVIDA”. Esta pesquisa foi de extrema relevância, pois demonstrou a importância do serviço social, enquanto profissão reconhecida no âmbito da saúde, no que se refere à viabilização de direitos, e que contribui, consequentemente, para o fortalecimento desses indivíduos. **Palavras-chave:** HIV/AIDS. Inclusão Social. Solivida. Serviço Social

ABSTRACT: This is a theme that exists in the majority of society, given the importance of a discussion about the rights of people who live and live with HIV/AIDS, where professionals and academics in training seek subsidies that help them in building a culture of law and citizenship as enablers of their professional practice. This course completion work initially discusses the history of HIV/AIDS, from the expanded conception of health, and the configuration of the national STD/AIDS policy, identifying the challenges and contribution of the Social Worker and his relationship with people living in and living with HIV/AIDS at Solivida, in the context of Covid-19, studying the health network offered for prevention, diagnosis and treatment of HIV/AIDS, understanding the work of the Social Worker in caring for people living and living together with HIV/AIDS and the relationship with their families, to learn about the challenges and strategies of action of the social service professional in “SOLIVIDA”. This research was extremely relevant, as it demonstrated the importance of social work, as a recognized profession in the field of health, with regard to the feasibility of rights, and which contributes, consequently, to the strengthening of these individuals. **Keywords:** AIDS. Social inclusion. Solivida. Social service

* Artigo científico apresentado ao curso de Serviço Social do Instituto de Ensino Superior Franciscano para obtenção do grau de Bacharel em Serviço Social.

** Graduandas do 8º período do curso de Serviço Social do Instituto de Ensino Superior Franciscano. E-mail's: alasefun@hotmail.com; josianecristina838@gmail.com.

*** Graduada em Serviço Social pela Universidade Federal do Maranhão. Especialista em Gestão Pública pelo Instituto de Ensino Superior Franciscano. Mestranda em História, Ensino e Narrativas pela Universidade Estadual do Maranhão. E-mail: roseline.cardoso@yahoo.com

1. INTRODUÇÃO

AIDS, sigla em inglês para a Síndrome da Imunodeficiência Adquirida (Acquired Immunodeficiency Syndrome), é uma doença do sistema imunológico humano resultante da infecção pelo vírus HIV (Vírus da Imunodeficiência Humana - da sigla em inglês). A AIDS se caracteriza pelo enfraquecimento do sistema imunológico do corpo, com o organismo mais vulnerável ao aparecimento de doenças oportunistas que vão de um simples resfriado a infecções mais graves como tuberculose ou câncer. O próprio tratamento dessas doenças fica prejudicado com a presença do vírus HIV no organismo.(MINISTÉRIO DA SAÚDE 2006)

Por se tratar de um tema que envolve os desafios do assistente social e sua relação com pessoas que vivem e convivem com HIV/AIDS em uma instituição de acolhimento, no trabalho em questão chamada Grupo Solidariedade é Vida, é importante que haja uma discussão sobre as demandas que envolvem os direitos das pessoas que vivem e convivem com HIV/AIDS, como funciona a rede de saúde sobre ofertas de ações que promovem prevenção, diagnóstico e tratamento do HIV/AIDS e subsídios que os auxiliem na construção de uma cultura do direito e da cidadania enquanto viabilizadores de sua prática profissional.

O motivo para a presente pesquisa reside em conhecer quais são os desafios do assistente social no cotidiano das pessoas que vivem e convivem com HIV/AIDS, bem como mostrar as estratégias para esse grupo específico, tendo em vista o contexto da pandemia da COVID-19.

Como um profissional do serviço social se insere na perspectiva da qualificação para atender as pessoas que vivem e convivem com HIV/AIDS em seu cotidiano de trabalho? há várias problemáticas que envolvem essa situação, uma delas é o acesso desse público ao atendimento em instituições públicas e privadas devido a falta de uma rede de saúde qualificada que ofereça ações preventivas, diagnósticas e um tratamento dessa patologia, quando um profissional de serviço social não é qualificado para executar um atendimento, isso gera uma situação frustrante e desconfortante tanto para ele mesmo quanto para as pessoas que vivem e convivem com HIV/AIDS, não há como proporcionar um atendimento igualitário, digno a essas pessoas se o profissional não está qualificado.

O objetivo geral deste estudo é contextualizar os desafios do assistente social e sua relação com pessoas vivendo e convivendo com HIV/AIDS no Solidariedade é Vida (Solivida) no contexto da pandemia da COVID-19. E os objetivos específicos são: estudar sobre a rede de saúde e ofertas para ações de prevenção, diagnóstico e tratamento; refletir sobre o trabalho do assistente social em relação ao atendimento à esse público dentro do novo cenário da Covid19, e discutir sobre quais os direitos e legislações que garantem a essas pessoas uma melhor qualidade de vida.

O tipo de pesquisa realizada neste trabalho foi uma Revisão Bibliográfica, onde foram pesquisados livros, dissertações e artigos científicos selecionados através de busca nas seguintes bases de dados: livros, sites de revista eletrônica e artigos acadêmicos, etc...

2. REDE DE SAÚDE: ações de prevenção, diagnóstico e tratamento do HIV/Aids.

AIDS, sigla em inglês para a Síndrome da Imunodeficiência Adquirida (Acquired Immunodeficiency Syndrome), é uma doença do sistema imunológico humano resultante da infecção pelo vírus HIV (Vírus da Imunodeficiência Humana - da sigla em inglês). A AIDS se

caracteriza pelo enfraquecimento do sistema imunológico do corpo, com o organismo mais vulnerável ao aparecimento de doenças oportunistas que vão de um simples resfriado a infecções mais graves como tuberculose ou câncer. O próprio tratamento dessas doenças fica prejudicado com a presença do vírus HIV no organismo.(MINISTÉRIO DA SAÚDE ,2006) Diante do caos de epidemia de HIV/AIDS que se instalou no mundo em resposta do Brasil diante da epidemia houve a necessidade de enfrentamento da mesma que adotou medidas constituída com base nos princípios do sistema único de saúde (SUS), e estruturada em quatro pilares, inovação, que consiste ao desenvolvimento de tecnologias voltadas para uma eficácia da prevenção, diagnóstico e tratamento: “A promoção da prevenção, do diagnóstico e do tratamento da IST/HIV/AIDS realizada a partir de intensa mobilização e articulação entre as esferas federal, estadual e municipal da gestão em saúde.” (UNAIDS, 2018, p.50). Assim são realizados estudos e pesquisas para a efetividade e eficiência da rede de atenção, proteção, diálogo com todos os indivíduos, envolvendo a sociedade civil, estados, municípios, conselhos de classe, entre outras instâncias; atuação internacional, atuando na participação e cooperação em fóruns plurilaterais a nível mundial.

2.1 Ações de promoção e prevenção à saúde de pessoas vivendo e convivendo com Hiv/Aids

Em face aos desafios ao enfrentamento da epidemia de HIV/AIDS adotadas pelo ministério da saúde diversas estratégias dentre elas, está a descentralização das ações de prevenção, implantadas na atenção básica, possibilitando maior cobertura e acessibilidade dos usuários do SUS à prevenção do HIV. (MINISTÉRIO DA SAÚDE, 2006).

As ações de prevenção desempenhadas ao longo das últimas décadas, houve um grande destaque para a massificação da testagem na rede de saúde SUS e para a intensa articulação entre o poder público e a sociedade civil, em ações de direitos humanos e mais recentemente, testagem em população chave.

Segundo as informações do UNAIDS (2019, p.50) no Brasil, a prevenção combinada do HIV, é uma estratégia que foi desenvolvida com o intuito de unir diversas ações na prevenção da infecção, são elas: biomédicas, comportamentais e estruturais. Destacando que a combinação dessas ações deve estar direcionada aos indivíduos, seus grupos sociais e realidade em que a sociedade está inserida, observando sempre as particularidades e especificidades de cada pessoa e de seu contexto social, assim como as diferentes formas de transmissão do HIV. A prevenção combinada contempla:

- Terapia antirretroviral para todas as pessoas vivendo com HIV (PVHIV)
- O tratamento das infecções sexualmente transmissíveis (IST) e Hepatites virais;
- Imunização para Hepatites virais;
- Redução de danos para pessoas que usam drogas;
- Distribuição de insumos de prevenção;
- Testagem regular para o HIV, outras IST e Hepatites virais;
- Profilaxia pós-exposição e reexposição. (UNAIDS 2018, p.51).

A prevenção pode ser aplicada de maneira que atinja múltiplos públicos nos níveis

individual, social, comunitário e entre relacionamentos. As ações em educação em saúde para prevenção do HIV/AIDS são orientadas a partir das características e tendências de evolução da doença em cada local, e das condições culturais, econômicas e sociais dos grupos mais afetados. Nesse sentido, afirma-se que a epidemia não atinge de maneira uniforme toda a população, que os grupos devem ser considerados segundo critérios de vulnerabilidade e risco, e que a participação dos grupos sócias é essencial para a mudança de atitudes e práticas, (Brasil. 2005)

Essas ações buscam intervir e atender prioritariamente aos grupos mais vulneráveis e são desenvolvidas por vinculação de campanhas de massa para toda a população por ações específicas de intervenção na comunidade.

Preconizam-se ações sistemáticas e continuadas, como informações, orientação e disponibilização de insumos, tais como preservativos conhecido popularmente como camisinha, e seringas a fim de interferir no comportamento sexual e uso de drogas, nos quais a perspectiva de redução de danos é o pressuposto básico para intervenção. Levando em consideração uma tendência dos fatores relevantes para a resistência do uso do preservativo diz respeito à escolaridade como variável de maior poder explicativo para as diferenças relativas às práticas sexuais de risco. A frequência dos usos do preservativo aumenta de acordo com o conhecimento e com o grau de escolaridade em análise, logo chegamos à conclusão de que o baixo nível de instrução é baixo nível socioeconômico são mais suscetíveis as infecções sexualmente transmissíveis. Além de que mesmo com campanhas periódicas alertando sobre os riscos de contaminação em relações sexuais, ainda é grande a resistência, tanto de homens quanto de mulheres, que na qual a tomada de atitude é individual e é um dos fatores que dificulta a cultura de prevenção. (MINISTÉRIO DA SAÚDE, 2006).

2.2 A importância do diagnóstico e suas ações

No Departamento de Vigilância, Prevenção e controle das ISTs/HIV/AIDS, são realizados os diagnósticos. Tais informações são guardadas no banco central de dados. Contudo, os laboratórios responsáveis, seguem muitos procedimentos em sequência que podem ser ou pelo fluxograma e/ou algoritmo e as mesmas são acessadas pela internet, por meio da criptografia de dados. Os testes de HIV podem ser realizados em ambientes laboratoriais e não laboratoriais, pois assim, se permite o maior acesso ao diagnóstico. (MINISTÉRIO DA SAÚDE, 2006).

O Ministério da Saúde no intuito de melhorar a qualidade do atendimento aos pacientes portadores de HIV/AIDS por meio da diversificação das modalidades assistenciais oferecidas, treinamento/capacitação técnica, organização de sistema de referência e também de contra referência, envolvendo assim, todos os serviços da rede assistencial, incluindo anteceder os determinados procedimentos do Sistema Único de Saúde - SUS. (MINISTÉRIO DA SAÚDE, 2006).

Com base nas impostas pelo Ministério da Saúde, destaca-se inclusão de uma política pública de assistência farmacêutica, com o intuito de garantir o acesso universal e também gratuito aos medicamentos antirretrovirais para os pacientes HIV+, também como exames laboratoriais necessários para o devido tratamento.

Logo abaixo podemos verificar as ações ao diagnóstico e também no tratamento de pessoas portadoras de HIV/AIDS:

Diagnóstico laboratorial e monitoramento da infecção pelo HIV:

- Promover aconselhamento pré e pós-teste, nos serviços e saúde, nos diversos níveis de assistência do SUS, em serviços selecionados e cadastrados pelas Coordenações Estaduais e Municipais de HIV/AIDS (UBSPSF; serviço de atenção à saúde a mulher, criança, adolescentes e adultos em geral);
- Promover o acesso da população aos exames laboratoriais necessários ao diagnóstico da infecção pelo HIV bem como e qualificação da carga viral do HIV-1 e contagem de linfócitos T CD4+/CD8+ para monitoramento da infecção pelo HIV-1 na rede pública;
- Promover a atualização dos profissionais de saúde;
- Assistência em HIV/AIDS;
- Promover o acesso dos infectados pelo HIV/AIDS a serviços de assistência de rede pública de saúde e garantindo, assim, um bom atendimento (MINISTÉRIO DA SAÚDE, 2006)

A discriminação e o preconceito são prejudiciais tanto físico como mental, pois os meus mesmos atrapalham o tratamento, que por sua vez é muito difícil, e também influencia negativamente na recuperação dos portadores de HIV/AIDS, haja vista que, os direitos humanos, ou seja, aquele direito fundamental do homem, tem o intuito de assim, evitar todo e qualquer tipo de discriminação, assim, nos diz o Ministério da Saúde:

Não é possível dissociar direitos humanos do enfrentamento das DST/HIV/AIDS. O processo de reconhecimento do direito ao acesso universal a prevenção, diagnóstico e tratamento, constitui importante bandeira de direitos humanos desde o início da epidemia. Afirmar a dignidade do ser humano é o que traz sentido para, por exemplo, a discussão sobre a função da propriedade intelectual frente o direito à saúde. Além da disponibilização dos preservativos, e medicamentos antirretrovirais, trata-se de uma luta constante contra às desigualdades sociais. (Ministério da Saúde, Brasil, 2008)

As pessoas muitas vezes, quando há um indício de que possuem HIV/AIDS, hesitam em realizar teste por receio, medo, medo do julgamento das pessoas, principalmente de família e amigos. O diagnóstico tardio dificulta muitas vezes a eficácia do tratamento, por isso a importância do teste sempre que possível, assim, a partir dos testes que podem dar positivo ou negativo, é que poderá assim, saber da evolução da doença, e iniciar o tratamento. Por fim, dando positivo que quer dizer que a pessoa tem anticorpos contra o vírus HIV, pois este indica a infecção.

2.3 O tratamento voltado para as pessoas vivendo e convivendo com HIV/AIDS

Como bem sabemos, no Brasil, as pessoas diagnosticadas com HIV recebem o tratamento gratuito pelo SUS – Sistema Único de Saúde, que estão disponíveis pelas UDM – Unidade Dispensadoras de Medicamentos, CTA – Centro de aconselhamento e Testagens e dos SAE – Serviços de Atendimento Especializados. Ainda não há cura para o HIV, porém existem avanços significativos, científicos em que uma pessoa portadora do vírus tenha uma boa qualidade de vida. O portador do vírus, seria acompanhado periodicamente por profissionais de saúde, e também na realização de exames. (MINISTÉRIO DA SAÚDE, 2006).

O uso dos retrovirais só seria necessário quando os exames indicarem que mesmo seja utilizado, os retrovirais mantêm a doença sob controle por mais tempo possível. Com o tratamento adequado, reduz a transmissão do vírus e diminui também a mortalidade. A saber, pessoas que possuem o HIV com a carga viral indetectável tem uma possibilidade mínima de

transmissão do vírus para outra pessoa em relações sexuais desprotegidas. (MINISTÉRIO DA SAÚDE, 2006).

No Brasil, a partir de 1996, se distribui gratuitamente os ARV, para as pessoas que vivem com o HIV, aquelas ao qual necessitam dos medicamentos. Ao todo atualmente existem 22 medicamentos em 38 apresentações farmacêuticas. De acordo com a Portaria nº 271, de 27 de fevereiro de 2013, a Base Nacional de Dados de Ações e Serviços da Assistência Farmacêutica, cria no SUS – Sistema Único de Saúde registro das entradas e também das saídas dos medicamentos. Por meio de ações voltadas pela promoção, proteção e recuperação da saúde, o acesso aos medicamentos usados racionalmente, são imediatamente devolvidos ao Ministério da Saúde, com base no Protocolo de assistência farmacêutica em ISTs/HIV/AIDS. (MINISTÉRIO DA SAÚDE, 2006).

O tratamento contra o vírus HIV, é eficaz de acordo com o estado de saúde do paciente. Muitas vezes, o diagnóstico tardio, dificulta a eficácia do tratamento. É importante que o soro positivo não esqueça de tomar os remédios. A saber, é importante ressaltamos que o portador do vírus pode e deve viver normalmente, muitos acham que a partir do momento em que é diagnosticado a vida acaba, pelo contrário, é uma condição ao qual você adquiriu, mas que sim, você continua podendo dar e receber amor. É uma doença que não tem cura, sabemos, mas o que sabemos também, é que há pesquisas avançadas pela cura. Muitos desconhecem os efeitos destes remédios, o uso contínuo leva as pessoas com a doença ter efeitos colaterais gravíssimos, mas passar pelo tratamento vale a pena, quando se quer viver, e quando se tem uma vida inteira pela frente. (MINISTÉRIO DA SAÚDE, 2006).

3. O SERVIÇO DE ASSISTÊNCIA ESPECIALIZADA A PESSOAS VIVENDO COM HIV/AIDS

Devido ao aumento do número de casos no Brasil houve o reconhecimento do ministério da saúde sobre a gravidade do problema, levando em consideração a falta de perspectiva de vida das pessoas acometidas pelo vírus e as consequências sociais e econômicas que agravaram a saúde pública brasileira. Nesse contexto algumas características do país, devido as articulações e fortalecimento das organizações sócias é a criação do Sus na constituição Federal de 1988 favoreceram a realização de ajustamento e aprimoramento necessários. Que na qual no mesmo ano, o programa nacional de DST/Aids no âmbito do ministério da saúde, por meio da portaria 236 (Brasil, 1985), estabeleceu as primeiras diretrizes e normas para o enfrentamento da epidemia no país, assumindo a Aids como um problema emergente de saúde pública (BRASIL, 1985)

Em 1989, houve a reorganização do programa nacional de Aids com uma centralização das ações de forma que o ministério da saúde assumiu a organização institucional das atualidades de controlo e prevenção de Aids, obtendo um maior controle dos programas estaduais e não governamentais (Ongs) (BRASIL, 2016)

Em 1994, foram criados os SAE em âmbito nacional, que têm como objetivos principais ações de assistência, prevenção e tratamento as pessoas vivendo com HIV/Aids. O intuito é de prestar atendimento integral e humanizado e de qualidade as pessoas que vivem com o vírus por meio de uma equipe multiprofissional de saúde, composta por médicos, enfermeiros, psicólogos, assistentes sociais, entre outros. Dentre as atividades médica desde o diagnóstico até o tratamento, cuidados de enfermagem, exames de monitoramento da doença, distribuição gratuita da medicação antirretrovirais e os insumos de prevenção, como também orientação para reduzir a incidência da infecção pelo HIV/Aids e outras DST's (Brasil, 2016 a).

De acordo com os critérios do ministério da saúde, os SAE foram implantados em ambulatórios, policlínicas e hospitais, de forma a testar atendimento exclusivo a pacientes vivendo com HIV/Aids, tanto do seu município como de outras localidades regionais. Nesse contexto nota-se a importância da implantação de um serviço humanizado e especializado, no acolhimento a esses indivíduos que além de suas limitações vivem à margem da discriminação e exclusão social. Esse tipo de atendimento de acolhimento especializado traz resultados positivos em relação a qualidade de vida, na recuperação, aumento da autoestima e na adesão ao tratamento.

3.1 O trabalho do Assistente Social no atendimento de pessoas vivendo com HIV/AIDS e a relação com os familiares

Mesmo com a Política Nacional para Infecções Sexualmente Transmissíveis (ISTs) e AIDS, ainda podemos observar os grandes obstáculos que os portadores de HIV/AIDS enfrentam, por se tratar de uma doença altamente contagiosa, o preconceito e a discriminação ainda estão muito latentes no cotidiano dessas pessoas. Então, a importância do trabalho de intervenção do assistente social com essas pessoas, para que elas se sintam acolhidas nesse momento que é tão delicado para elas, por isso, que se precisa inserir temas nas escolas, nas empresas, nas igrejas, nas comunidades, para conscientizar as pessoas que pode sim, viver e conviver com essa doença que mata milhares de pessoas por todo o mundo. E quando falamos de HIV, falamos também de sexo, e da sexualidade. Haja vista, que é importante a atuação, a escuta qualificada, que deve assim, garantir a qualidade do serviço prestado, e que também é um fator que gera mudança na humanização do atendimento a essas pessoas portadoras de HIV/AIDS. (CRESES, 2021).

As pessoas vivendo com HIV/AIDS ainda sofrem com o preconceito e a discriminação, que configuram também violações de direitos humanos. É compromisso ético-político nossa luta em defesa do SUS e do acesso, permanência e efetividade do tratamento com respeito à dignidade humana (CFESS, Agnaldo. 2021).

A atuação do assistente social é um serviço que está inserido na divisão social e técnica do trabalho realiza suas atividades profissional no âmbito das políticas socioassistenciais, na esfera pública e privada. Neste contexto desenvolve ações tendo o contato direto da população que procura a rede de saúde.

No âmbito da saúde o assistente social tem o contato direto com pacientes nas ações socioeducativas, onde se tem uma ampla análise e uma avaliação prévia sobre o estado clínico dos usuários, a ação socioeducativa desenvolvida é um processo contínuo e permanente, na qual as pessoas vivendo com HIV/AIDS de determinado serviço constrói uma consciência crítica sobre si mesmo e sobre a realidade de forma ativa ,o assistente social oferece aos familiares e aos usuários um suporte fazendo a mobilização e o controle social prezando pela prática da cidadania, posturas e pensamentos político, democrático e consciência crítica, garantindo assim seus direitos. (MATOS, 2003; BRAVO; MATOS; 2004).

Os assistentes sociais visam garantir os direitos desses usuários, como busca de atendimento qualificado, testes rápidos de HIV para que haja mais eficácia no tratamento que é muito doloroso, com efeitos colaterais fortíssimos, que deixam a pessoa fragilizada, por muitas vezes adquire ansiedade, depressão, por achar que a doença irá tomar de conta, haja vista que, se não houver o tratamento necessário, os efeitos da doença são devastadores, chegando a deixar

a pessoa impossibilitada de cumprir com as tarefas diárias, ou até mesmo coisas simples, como: caminhar, enxergar, pois a falta de tratamento, leva também a cegueira. (CRESSSES, 2021).

3.2 Os direitos das pessoas vivendo com Hiv/Aids

A Aids, doença causada pelo HIV, atingiu mais de 19 mil maranhenses, nos últimos 20 anos (os dados são do último Boletim Epidemiológico HIV/Aids, divulgado pelo Ministério da Saúde).

A Constituição determina que as pessoas que vivem e convivem com HIV/AIDS tenham obrigações e direitos garantidos, os principais são relacionados à dignidade humana e ao acesso à saúde pública e, sendo assim, esse grupo é amparado com leis e declarações específicas que vão muito além da gratuidade do diagnóstico e do tratamento retroviral no Brasil. O documento constitucional afirma que todos são iguais “sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se o direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade”. (UNAIDS, 2015)

O diagnóstico impacta o indivíduo e sua família, a história da doença é carregada de estigma e negativismo social, despertando diversos sentimentos em ambos. A vida diária dessas pessoas passa por ajustes e em muitas situações precisam ficar em uma cidade onde eles têm tratamento, mas não têm condições financeiras de ficar, nestes casos, os usuários e/ou acompanhantes podem contar com o Grupo Solidariedade é Vida, que visa ajudar as pessoas e seus acompanhantes que convivem com HIV/AIDS advindas do interior do Maranhão buscando atendimento no hospital de referência, mas que não têm onde ficar durante o atendimento/tratamento médico.

Toda pessoa vivendo com HIV/AIDS e todo cidadão, segundo a Constituição Brasileira, possui o direito e as obrigações garantidos por lei, sendo ele: acesso à saúde pública. Desde 1989, os profissionais de saúde e também membros da sociedade civil, desenvolveram com o apoio do Departamento de Doenças de Condições Crônicas e Infecções Sexualmente Transmissíveis, Declaração dos Direitos Fundamentais do portador do vírus da AIDS. Considerando que, este documento foi aprovado no Encontro Nacional de ONG, que trabalham com AIDS. (ENONG) Porto Alegre – RS.

- Todas as pessoas têm o direito à informação clara, exata sobre a AIDS;
- Os portadores do vírus têm o direito à informações específicas sobre sua condição;
- Todo portador do vírus da AIDS, tem o direito à assistência e só tratamento, dados sem qualquer restrição, garantindo sua melhor qualidade de vida;
- Nenhum portador do vírus será submetido à isolamento, quarentena ou qualquer tipo de discriminação. (Brasil, 1989)

□

4. OS IMPACTOS DO COVID-19 NO TRABALHO DO ASSISTENTE SOCIAL NA GARANTIA DO TRATAMENTO DE PESSOAS VIVENDO COM HIV/AIDS NO SOLIVIDA.

A implementação do isolamento social como medida de prevenção da covid-19, constituem as principais mudanças nos hábitos da população, especificamente o isolamento social por si só representa um fator de risco para a saúde na população em geral, visto que pode aumentar drasticamente os sentimentos de solidão, além de que influenciou diretamente o sistema de atendimento de saúde, pois houve a necessidade de se reorganizar, levando em conta seu potencial bloqueio da transmissão viral e minimizar os riscos da população, neste contexto, a pandemia de COVID -19 atingiu populações vulneráveis, o que gerou incertezas sobre quais seriam as melhores estratégias a serem utilizadas para seu enfrentamento.

Dias et al (2020), reflete que estar em isolamento social pela COVID-19 envolve muitas questões que as pessoas jamais imaginariam vivenciar, principalmente aquelas que tinham uma vida agitada e que pouco ficavam dentro de suas casas, seja pela hiperatividade, ou fuga da realidade ou a necessidade de trabalhar, estudar, divertir-se, visitar, familiares e amigos. (Dias,2020)

Segundo o profissional de serviço social do solidariedade é vida relata que no contexto da covid-19 houve um impacto negativo neste tratamento pois possibilitou que as pessoas que necessitam de ajuda pudessem chegar até a casa, pois houve muitas restrições de contato, de convívio, de acompanhamento. Aos que residem no Solivida, pôde-se acompanhar melhor, pois ficaram em isolamento, as crianças em aulas on-line, e as visitas ao Grupo foram suspensas, salvo aqueles que desejassem contribuir de alguma forma, foram se adaptando a nova rotina da casa.

O sistema de saúde” sus “vem sofrendo ao longo de 4 anos o desmonte e corte de verbas na saúde, municípios do interior estão com um déficit pela falta de medicamentos essenciais para o tratamento de doenças como hipertensão e diabetes. E atualmente a política de saúde para pessoas vivendo com HIV / Aids vem enfrentando uma redução de medicamentos para o tratamento de HIV, isto é um risco para a vida das pessoas que vivem com HIV/ Aids, toda essa situação é agravada com cortes na saúde, em especial para o tratamento do HIV. Essa redução de recursos comprometeu diretamente as ações do sistema único de saúde (SUS) e o enfrentamento da epidemia de aids. Esse cenário é preocupante pois segundo os dados do boletim epidemiológico do ministério da saúde em 2021 houve mais de 10 mil mortes pela doença. Os cortes na saúde trazem um impacto, levando em consideração no sentido mais amplo, porque são cortes que podem afetar por exemplo, a atenção básica o que pode levar uma maior dificuldade de acesso à exames, a emergências de hospitais, a outros diagnósticos que as pessoas com HIV precisam fazer pois são pessoas que vivem em vulnerabilidade maior, suscetíveis ou com alguma condição que exija e necessite mais dos serviços de saúde. (AGÊNCIA DE NOTÍCIAS DA AIDS). Como podemos ver no relato do profissional de serviço social a seguir:

Segundo o relato do profissional de serviço social do Solivida, a instituição teve que se reinventar e se reorganizar para conseguir garantir o acesso os direitos do mesmo, em relação aos cuidados do HIV/AIDS houve vários aspectos de obstáculos, pois muitas consultas tiveram que ser reagendadas por conta do encharcamento do sistema de saúde que estava direcionado a solucionar problemas emergentes da pandemia de covid -19, além de que afetou o psicológico dos sujeitos, levando uma alteração do humor e do seu sistema imunológico, e se tratando do Solivida que sobrevive de doações de pessoas físicas e alguns grupos houve uma redução drástica, gerando uma dificuldade de assistência a essas famílias que vivem e convivem com HIV/AIDS . Na pandemia de covid-19 a situação se agravou devido o sistema está voltado para a

emergência do seu enfrentamento. Nesse contexto vale ressaltar que uma das dificuldades do tratamento de pessoas vivendo com HIV/AIDS, é a adesão ao tratamento e a consciência do cuidado consigo, pois aqueles que não tem esse entendimento do quanto é de extrema importância a preocupação em relação a isso, pois o relaxamento das medidas de prevenção e tratamento da abertura para doenças oportunistas e doenças graves como a covid-19, devido a isso muitas perdas, não só por falta de tratamento, mais por falta de medicamentos, falta de acesso as unidades hospitalares, pois houve uma restrição, no auge do covid-19 referente à outras doenças inclusive o HIV/AIDS.

4.1 Desafios e estratégias de atuação do profissional de Serviço Social no “Solivida”

Ainda não há cura da a infecção pelo HIV, mas há esforços significativos principalmente na prática sexual e também do uso de preservativos, então, há uma redução em algumas áreas nas taxas de infecção, pela diminuição do uso de drogas intravenosas, e também do compartilhamento de agulhas. (MINISTÉRIO DA SAUDE, 1999) tendo em vista que, sempre houve o consumo de drogas, dependência química, pois encontra-se em diversas culturas e épocas (Martins; Correa, 2015)

É comum em comunidades com uso de drogas ilícitas, as IST's serem endêmicas, e vinculam-se entre o uso de drogas e o trabalho sexual comercial. Haja vista que, nas populações onde há mulheres e jovens, estes correm o maior risco de contrair DST's, incluindo HIV, pois drogas como cocaína injetável, crack, estão totalmente disponíveis, tendo em vista que estão ligados a prática sexual de risco.

De uma perspectiva histórica, profissionais do sexo sempre foram responsabilizados pela transmissão das doenças sexualmente transmissíveis (IST's). No entanto com a chegada da AIDS, a história mudou seu rumo, pois de transmissores, passam a ser um alvo bem mais vulnerável à infecção. Devido a fatores ligados a forma direta, a prostituição, como elevado número de parcerias, relações sexuais desprotegidas e situações de risco a ela relacionada, incluindo o consumo de drogas ilícitas e bebidas alcoólicas, a exposição a prisões, a baixa escolaridade e a vulnerabilidade socioeconômica, que inclui violência, preconceito, exclusão e discriminação, os profissionais do sexo constituem uma população de alto risco para HIV. (Dependência química, 2010, Cap. 69, p. 2016)

Apesar das mudanças e várias fases do HIV/Aids, o estigma do preconceito e da discriminação acerca da doença ainda está presente na vida das pessoas que vivem com esse diagnóstico. Tal discriminação interfere negativamente nas relações sociais, afetivas, profissionais, ou seja, na condição de vida e de trabalho dessa população. Configurando um desafio para os profissionais de saúde, visto que, estas questões interferem na aceitação do diagnóstico, e conseqüentemente, na aceitação do tratamento.

Para tanto, nos serviços que atendem especificamente pessoas vivendo com HIV/AIDS no Brasil o assistente social é solicitado para atuar nas demandas apresentadas pelas necessidades de vida dos usuários. O trabalho desse profissional é necessário também para avaliar os impactos da questão social no processo saúde doença visando ainda abordagens que objetivem a superação das várias formas de discriminação (BRASIL, 2008).

Nesse sentido, e de acordo com Iamamoto (2007), destacamos ser a “questão

social” objeto de trabalho do/a assistente social, base de sua institucionalização, é ela, em suas múltiplas expressões que provoca a necessidade da intervenção profissional junto à criança e ao adolescente, ao idoso, as mulheres, em casos de violência, desemprego, fome, doenças, desamparo, entre outros. Chamados a intervir nas expressões da “questão social” através de políticas sociais, os/as assistentes sociais ocupam vários espaços no âmbito dessas políticas. Inseridos na política de assistência social, habitação, previdência, educação, e saúde, além da iniciativa privada e esferas da sociedade civil, como as Organizações Não governamentais (ONGs), exigindo de tais profissionais um conhecimento teórico e prático para responder as várias demandas advindas das necessidades colocadas pela sociedade. Como podemos observar a seguir no relato do profissional de serviço social:

Atualmente os desafios enfrentados pelo profissional de serviço social no Solivida, demanda de várias vertentes, como por exemplo: Acolher crianças, adolescentes e adultos em situações de todos os tipos de violência, de abusos, e tudo dentro do contexto do HIV/AIDS.

Cabe ao profissional de serviço social direcionar e orientar crianças e adolescentes que foram acolhidos, trazidos pelo conselho tutelar através de ordem judicial, pois enfrentavam uma realidade que os colocavam em situações de riscos, e que não cumpriam o que determina o ECA (Estatuto da Criança e o Adolescente).

4.2 Competências e atribuições do Assistente Social

De acordo com a Lei de Regulamentação, as competências do assistente social é implementar, planejar e avaliar políticas sociais, haja vista que, existe a importância de problematizar o modelo de política social, que se configura tal qual o espaço socioprofissional seus dos assistentes sociais. A saber, que toda a trajetória desta profissão é constituída por competências de habilidades, tendo em vista os conceitos aos quais são relacionados. Portanto, ao pôr em prática as teorias e também os conceitos, aos quais foram adquiridas enquanto competências, é mais ampla e consiste também em articular entre conhecimentos, atitudes e habilidade (ABEPSS)

Então, são instrumentos fundamentais, o Código de Ética do assistente social, e a Lei de Regulamentação, determinam e orientam a definição e materialização de tais competências a medida em que os princípios devem proteger os passos e como devem construir e ajustar as relações profissionais. Haja vista que a Lei de Regulamentação, define expressar o que seria competências e atribuições do assistente social, tendo em vista que, o conjunto de princípios e também artigos, devem ser conhecidos e internalizados como o fundamento que direcione e defina a ação profissional. (ABEPSS)

As competências e atribuições profissionais nos exige refletir dentro de uma análise de totalidade e de fundamento da teoria social crítica que baliza e orienta a ação, mas também pensar a política social e seus desmembramentos em programas, serviços e ações como *locus* prioritário de ação e das respostas profissionais (dada a nossa condição efetiva e trabalhador assalariado vinculado prioritariamente aos órgãos do Estado) , E, nessa configuração, ter a execução da política social não como fim, mas como meio necessário para garantia de seus direitos e fortalecimento da organização da classe trabalhadora. (ABEPSS)

Os acolhidos precisam ter consciência de que os seus direitos garantidos por lei, como por exemplo: saber a informação exata e clara sobre a AIDS; estar cientes de sua condição, e mais assistência e tratamento sem qualquer restrição.

Ensinar aos acolhidos que eles têm direitos e deveres, e que embora as crianças e adolescentes estejam inseridos no SNA (Sistema Nacional de Adoção) e em uma ferramenta chamada Busca Ativa, por muitas vezes não se obteve sucesso, e muitas dessas ao completar 18 anos, deveriam seguir a vida fora da casa de acolhimento, salvo que o Grupo Solidariedade é Vida, possui uma casa de acolhimento Lar Irmã Mônica que oferece suporte quando esse “novo” adulto não têm para onde ir, devido não ter acesso à vários programas dentro da políticas públicas. (Assistente Social, 2022)

Com base na Lei de Regulamentação da Profissão, as competências e atribuições dos assistentes sociais, exigem algumas posturas gerais que são essenciais à compreensão do contexto sócio-histórico em que se situa a intervenção. Destaca-se:

- Apreensão crítica dos processos sociais de produção e reprodução das relações sociais numa perspectiva de totalidade;
- Análise do movimento histórico da sociedade brasileira, apreendendo as particularidades do desenvolvimento do capitalismo no país e as particularidades regionais; Compreensão do significado social da profissão e de seu desenvolvimento sócio-histórico, nos centenários internacional e nacional, desvelando-se as possibilidades de ações cotidianas na realidade;
- Identificação das demandas presentes na sociedade, visando formular respostas profissionais para o enfrentamento da questão social, considerando as novas articulações entre o público e o privado (SANTOS; BERNACHI, 2012, p.5 apud VASCONCELOS
- A estratégia usada pelo profissional de serviço social é estar atento no comportamento cotidiano dessas pessoas, dessas crianças e adolescentes, oferecendo suporte, como uma escuta qualificada, sigilo, proteção e assistência.
- Outra estratégia usada é estar atento aos direitos em que as pessoas que vivem e convivem com HIV/AIDS possuem, viabilizar esse acesso, direcionar para que todos têm acesso ao passe livre, ao BPC, onde nem sempre se obtêm êxito.

Levando em consideração que a consolidação do projeto ético político se torna fundamental, pois norteia o aparato técnico-metodológico que oferece condições de propor estratégias de intervenção a partir de uma leitura crítica da realidade. Esforço este que compreende criticamente as demandas apresentadas à profissão qualificada na realidade em prol da garantia de direitos e horizontes a valorização da emancipação humana, é indispensável a qualificação profissional para que este profissional venha por meio do seu conhecimento desenvolver um trabalho de qualidade, respaldo no que lhe é de competência.

Seguindo esta linha, a atenção às famílias pela equipe do SOLIVIDA organiza seu processo de trabalho, nas seguintes ações: atendimentos e acompanhamentos individuais e coletivos; grupos de prática educativa; planejamento de ações que contribuam para a adesão ao tratamento dos usuários de forma ampliada, participação em reuniões com a equipe interdisciplinar, e formação e capacitação de recursos humanos.

Além de explicar todo o processo de o que é o HIV/AIDS, explicar como se dá a transmissão do vírus, pois muitas pessoas não entendem como acontece essa

transmissão e ficam presos a falsas opiniões e estigmas impregnados na sociedade. O assistente social acompanha todo o processo de entendimento, em alguns casos lentos e outros casos em que a família não aceita seu familiar de forma alguma, o que gera outras situações, como por exemplo, pessoas em situações de rua, desemprego, entre tantos outros. (SOLIVIDA. 2022)

Portanto é muito importante esse trabalho de conscientização, de entendimento, de mudanças de rotina, e principalmente o assistente social junto com uma equipe multiprofissional ofertar um atendimento seguro, sigiloso e claro, para que essas famílias não só acolham essa pessoa que vive com o vírus, mas que possam ajudá-lo a enfrentar essa situação que até os dias atuais não existe cura.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

HIV/AIDS, é uma doença que pelo avanço da ciência, o tratamento tem sido cada dia mais eficaz e deixado a doença sobre o controle. Ao desenvolvermos a pesquisa deste trabalho, percebemos que os esforços da ciência têm tido um significativo avanço para que brevemente haja uma cura para o HIV/AIDS.

E se tratando de pessoas vivendo com HIV/ Aids, cuja complexidade das demandas, com relação aos entraves e as possibilidades do serviço no atendimento à essa respectiva população, acredita-se que a profissão ocupe um papel fundamental, contribuindo para o fortalecimento dos indivíduos que vivem com a doença. Através de uma atuação reflexiva, inclusiva e consistente baseada em princípios ético políticos, o assistente social desenvolve prática de saúde de forma propositura, contribuindo para a autonomia dos usuários, sua abordagem contempla a saúde a partir de uma concepção ampliada de cuidado, acolhimento e de um viés histórico crítico, permitindo que os indivíduos sejam percebidos em sua totalidade, nas diferentes esferas de suas vidas, e não apenas em seus aspectos biológicos e físicos. Conclui-se que a pesquisa possibilitou a expansão do conhecimento sobre o trabalho do assistente social com pessoas vivendo com HIV/Aids no Solivida , partindo do pressuposto de que o conhecimento é a condição ontológica do ser humano do ser humano. Acredita -se ser fundamental a contínua busca por mecanismos e estratégias de enfrentamento e superação dos desafios, estimulando -se o caráter investigativo da profissão através da pesquisa e da educação permanente

Com o trabalho de 40 anos para acabar com a pandemia do HIV, com sucessos, fracassos, nos mostram que por mais que possamos nos preparar para derrotar mais uma pandemia, temos que primeiro eliminar as desigualdades, pois se não pudermos fazer as abordagens centradas na sociedade, e que se não nos basearmos nos direitos e trabalharmos duro em conjunto com as comunidades, não será possível o avanço, mas o contrário disso, podemos sim, alcançar todas as pessoas que necessitam.

O Grupo Solidariedade é Vida (Solivida), tem exercido este papel, que é primordial e único na vida destas pessoas, pois estes por muitas vezes não obtêm o apoio da família, e de pessoas próximas, quando se deparam com uma sociedade preconceituosa. O trabalho do Solivida, é conscientizar, acolher, desenvolver um trabalho de inclusão na sociedade, um grupo que desenvolve um trabalho com crianças, adolescentes e adultos.

Esta pesquisa foi elaborada e desenvolvida para oferecer incentivo e conscientizar as pessoas que, as pessoas que vivem e convivem com HIV/AIDS, podem sim, viver normalmente, com o tratamento necessário e adequado, haja vista que já ficou comprovado que o tratamento e o diagnóstico tardio podem dificultar consideravelmente o modo de vida destas pessoas, em

meio ao cenário da pandemia de Covid-19, o Solivida, apesar de sofrer com a falta de algumas doações, não deixou de desenvolver este trabalho, tendo em vista que, a vida destas pessoas que vivem e convivem com HIV/AIDS, precisam e necessitam deste apoio, que o Solivida desenvolve.

REFERÊNCIAS

Atribuições, Competências, Demandas e Aquisições: O trabalho do Assistente Social em Debate, 2012. Acesso em 30/10/2022, disponível em: <https://www.abepss.org.br/arquivos/anexos/guerra-e-outros-201804131237474299190.pdf>.

Brasil. Declaração dos Direitos Fundamentais da pessoa portadora do vírus da AIDS. Disponível em http://www.aids.gov.br/pt-br/público_geral/direitos_das_PVHA> acesso em 29 set.2022.

Brasil. Ministério da Saúde. Secretaria de vigilância e saúde”, Guia de Vigilância epidemiológica “Brasília: Ministério da Saúde, 2005.

Brasil. Parâmetros para atuação de assistente social na Saúde CFESS Brasília- DF,2010.

Cárceres S. W. Viver com HIV e atender pessoas vivendo com HIV também são assuntos para assistente social disponível em: [//www.cress-ms.org.br/noticia/viver-com-hiv-e-atender-pessoas-vivendo-com-hiv-tambem-sao-assuntos-para-assistente-social](http://www.cress-ms.org.br/noticia/viver-com-hiv-e-atender-pessoas-vivendo-com-hiv-tambem-sao-assuntos-para-assistente-social). Acesso em: 30 set. 2022.

Dias, J.A.A.Dias,M.F.S.L, Oliveira,M.O., Freitas, L.M.A.F., Santos. N.C., &Freitas, C.A.F.(2020).Reflexão sobre distanciamento, isolamento social e quarentena como medidas preventivas de COVID-19 Revista de enfermagem do Centro Oeste Mineiro 2020;10:e3795

FORMAÇÃO E TRABALHO PROFISSIONAL: Reafirmando as diretrizes curriculares da ABEPSS. Atribuições, Competências, Demandas e Requisições: o trabalho do assistente social em debate.

http://www.cfess.org.br/arquivos/legislacao_diretrizes.acesso em 30 set.2022.
<https://doi.org/10.1007/5/0461-020-02927-w>.

IAMAMOTO, Marilda V. Carvalho. Serviço Social em tempo de capital fetiche: Capital financeiro, trabalho e questão social. São Paulo: Cortez, 2007.

MATOS M. C. Projeto ético-político do serviço social e sua relação com a reforma sanitária. Elementos para o debate. In: mota A.E. (org). Serviço Social e Saúde: formação e trabalho profissional. São Paulo Cortez;

MINISTÉRIO DA SAÚDE, HIV/Aids, hepatites e outras DST, Brasília-DF, 2006.

Ministério da Saúde, Política Nacional de DST/AIDS, Princípios, Diretrizes e Estratégias. Brasília, 1999.

Paulo. Cortez Brasília. DF:OPAS, OMS, Ministério da Saúde 2009.p242-272.

Política Nacional de DST/ AIDS: princípios e diretrizes/coordenação Nacional de DST e AIDS.1e d. Brasília: Ministério da Saúde ,1999.

Portaria nº236 de 2 de maio de 1985, publicado no Diário oficial da União, seção I. Segunda feira, 6 de maio de 1985.p6856 Assinado pelo ministro da saúde, Carlos Corrêa de Meneses Sant'Anna.

SSOUZA B.M.B.A. et al.política de AIDS no Brasil: uma abordagem histórica. J.manag.prim Healthcare vl,n.l,p 23-26, 2010.

UNAIDS Brasil Programa Conjunto das Nações Unidas sobre HIV/AIDS. Organização Mundial de Saúde. Sobre AIDS 2019. Disponível [https://UNAIDS.org.br/informações básicas](https://UNAIDS.org.br/informações_básicas) acesso em 22/05/2022.

UNAIDS. Epidemia de VIH nós países de Língua oficial Portuguesa: Edição 2018 Vasconcelos, A.M. Serviço Social e Saúde: formação e trabalho profissional, 2009.4.ed. São

AGRADECIMENTOS

Primeiramente somos gratas à Deus por sempre estar conosco e por nos manter

sempre firme em todo este processo, em meio a tantos desafios, com a pandemia em que muitos de nós perdemos entes queridos.

Agradecemos aos nossos pais e familiares e amigos por todo amor e carinho, por estarem conosco nos dando suporte em todos os sentidos, e por entenderem os momentos de ausência.

Aos nossos colegas de sala, muito obrigada pela ajuda em vários momentos de dificuldade

Agradecemos Ao Instituto de Ensino Superior Franciscano – IESF, aos professores, que sempre estiveram dispostos a ajudar e contribuir para um melhor aprendizado.

Agradecemos também a Orientadora de TCC, Roseline Cardoso, por nos orientar, pois sem ela não teria sido possível;

Por fim, não deixando de agradecer a todos que direta e indiretamente estiverem conosco ao longo de todo este processo, e que participaram da realização desse trabalho.